

EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS EM BUSCA DA INCLUSÃO

Bruno Freitas Santos¹

RESUMO

Este artigo teve como objetivo refletir sobre a relevância da Educação Especial, mostrando avanços e retrocessos ao longo da educação brasileira. Para subsidiar a reflexão utilizou-se das contribuições de alguns autores, tais como Delors (2004), Dias (2006), Honora (2008), Glat (2004) que discutem os problemas, tais como as barreiras quantitativas que impedem o sucesso da educação especial, principalmente, o mau uso dos recursos financeiros destinados à Educação. Já as soluções seriam, inicialmente, o despertar da vontade política de governantes e gestores, em tornar do fato de uma educação brasileira mais especial e mais inclusiva, inserindo na prática pedagógica alguns princípios, tais como: singularidade na hora de trabalhar com esse aluno, reconhecimento das Inteligências múltiplas e adoção de um Estilo de aprendizagem que seja mais significativo e contextualizado com sua realidade, que estimule o aluno a aprender melhor e mais. A metodologia usada foi o método bibliográfico, sendo a principal fonte para a extração das ideias a pesquisa em site como *Scielo* e revistas científicas; no que se refere aos procedimentos usados foram realizadas pesquisa e leituras de artigos que abordam a temática. Já o fator de impacto é a real necessidade de maiores investimentos no âmbito da educação especial. O problema aqui detectado é a falta de prioridade por parte dos governantes, que não têm direcionado o olhar prioritário ela. A conclusão do artigo consiste em perceber o quanto a nossa Educação Especial requer um olhar prioritário e maiores investimentos por parte de todos que constroem a Educação.

Palavras-chave: Educação Especial; Integração; Inclusão.

EDUCACIÓN ESPECIAL: DESAFÍOS EN BUSCA DE INCLUSIÓN

ABSTRACT

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la relevancia de la educación especial, mostrando avances y retrocesos a lo largo de la educación brasileña. Para subsidiar la reflexión se utiliza de las contribuciones de algunos autores, tales como Delors (2004), Dias (2006), Honora (2008), Glat (2004) que discuten los problemas tales como las barreras cuantitativas que impiden el éxito de la educación especial, principalmente el mal uso de los

¹ Graduado em Letras pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC BA). Pós graduado em Literatura e Linguagem pela Faculdade Evangélica Cristo Rei (PI). Professor da Rede Municipal de Ensino (BA). Mestrando em Educação pela Anne Sullivan. E-mail: brunofreitas2017@outlook.com.br

recursos financieros destinados a la educación. Las soluciones sería inicialmente el despertar de la voluntad política de gobernantes y gestores, en hacer de hecho la educación brasileña más especial y más inclusiva, insertando dentro de la práctica pedagógica algunos principios, tales como singularidad a la hora de trabajar con ese alumno, reconocimiento de las Inteligencias múltiples y adoptar un estilo de aprendizaje que sea más significativo y contextualizado con su realidad, que estimule al alumno a aprender mejor y más. La metodología utilizada fue el método bibliográfico, siendo la principal fuente para la extracción de las ideas la investigación en sitio como scielo y revistas científicas, en lo que se refiere a los procedimientos usados fueron la investigación y la lectura de artículos que abordan la temática. El factor de impacto es la real necesidad de mayores inversiones en la educación especial. El problema aquí detectado es la falta de prioridad por parte de los gobernantes, que no ha dirigido la mirada prioritaria a la misma. La conclusión del artículo es percibir cuánto nuestra educación especial requiere una mirada prioritaria y mayores inversiones por parte de todos los que construyen la educación.

Keywords: Educación Especial; Integración; Inclusión.

INTRODUÇÃO

As mudanças no contexto educacional, sejam elas as tecnológicas ou do tradicionalismo para o Construtivismo, de fato ocorreram e isto tem representado saltos qualitativos e quantitativos. Desse modo Roche e Sun (2003) dizem que há maior preocupação como o desempenho motor, emocional, social e cognitivo do sujeito. Algo a que, outrora, não se dava a devida importância, ou não se enxergava essa necessidade pela ótica da educação humanizada, afetiva, emocional e humanizadora.

Temática essa, tão debatida no mundo acadêmico, porém no que se refere a uma escola especial e inclusiva, que seja de todos e para todos, ainda existe um árduo trabalho de construção e reconstrução. No sistema educacional, muitos são os desafios enfrentados pela Educação na Contemporaneidade. Um deles é a construção de uma educação sólida e significativa, que seja de fato especial, inclusiva e integral. Essa importante meta foi proposta pelo Ministério da Educação (2012), por meio de uma importante Política Pública chamada de Mais Educação, contudo muito ainda precisa ser articulado em prol de um êxito maior na Educação Especial.

Para compreender o sentido original de uma educação especial é preciso recorrer para o conceito inicial do que é Educação? Na visão de Teixeira (2007), portanto, é um crescimento orgânico, humano que está diretamente associado às múltiplas dimensões do

desenvolvimento. São imprescindíveis para que esse sujeito seja constituído de forma ampla e plena, seja ele um aluno especial ou não.

A escola nos últimos anos até se tornou em parte democrática e de fato mais acessível. De acordo com Nelson Mandela (1989), “Democracia com fome, sem educação e saúde para a maioria, é uma concha vazia [...]”. Essa frase é denunciativa, pois o termo democracia é sinônimo de liberdade; em contrapartida a Educação brasileira tem sido manipulada pelos gestores e governantes políticos, faltando à devida qualidade educacional, tal como uma boa alimentação, uma excelência no aprendizado, e por último a saúde pública. Já a Educação Especial ainda enfrenta grandes barreiras, e uma delas é a inserção de alunos especiais dentro de uma sala regular a qual é ainda muito desafiante e excludente, o que implica a presença da exclusão educacional que, lamentavelmente, continua sendo praticada nas suas mais diversas facetas.

A justificativa que impulsionou a elaboração deste artigo foi conhecer melhor a temática, reconhecendo-lhe a real importância, pois ela exerce uma relevância acadêmica e social para todos nós. Mesmo reconhecendo que já existem diversos outros trabalhos publicados sobre essa temática, faz-se necessário conhecer mais e mais, no sentido de se expandir o conhecimento e descobertas. A situação-problema, que foi detectada neste trabalho, é o combate da discriminação nas suas mais diversas facetas, que são cometidas a cada instante contra os seres humanos, que têm alguma dificuldade física ou mental, sendo vistos, na grande maioria das vezes, como inferiores e incapazes.

A estrutura deste trabalho se dá por meio de uma apresentação de conceitos e o posicionamento de alguns teóricos, acerca da Educação Especial, expondo os pontos convergentes e divergentes, com o intuito de tornar a educação mais democrática e de fato para todos.

O objetivo do presente artigo foi discutir algumas questões relacionadas à Educação Especial e inclusiva, refletindo sobre a relevância da mesma como instrumento interventor para amenizar os entraves da Educação na atualidade, reconhecendo que a Educação Especial exige um olhar especializado e prioritário.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa é um esforço constante de observações, reflexões, análises e sínteses na busca de informações, que procuram descobrir a lógica e a coerência de um determinado assunto. Nesse caso em específico, a Educação Especial (CHIZZOTTI, 2010). Então, o tipo de pesquisa adotado neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica com o objetivo de detalhar os pontos mais pertinentes que melhor descrevem o assunto discorrido.

A pesquisa executada utilizou, ainda, a análise de informações mais pertinentes que estão relacionadas com a Educação Especial nos seus mais diversos aspectos. O delineamento da pesquisa é apresentado de forma completa e objetiva, mostrando que o tema da pesquisa é a Educação Especial, dando-se ênfase a sua alta valorização na sociedade civil. O problema da pesquisa é o elevado nível de discriminação que o público com alguma deficiência ainda sofre na sociedade.

O objeto da pesquisa são os aspectos que envolvem a Educação Especial e contribuem para o avanço do conhecimento, relatando o problema e apontado possíveis soluções para facilitar o dia a dia das pessoas que possuem algumas dificuldades. O período de análise para a construção do trabalho foi de 2017 a 2018 coletando e analisando as informações mais pertinentes acerca da temática. As principais hipóteses são: É possível construir uma Educação Especial mais inclusiva e menos excludente? Como esses resultados podem ser alcançados de forma concreta? A base de dados é a pesquisa bibliográfica, investigando os pontos de maior relevância. Os descritores da pesquisa se resumem em educação especial, integração e inclusão.

Quanto aos critérios de inclusão e exclusão dos materiais bibliográficos a pesquisa seguiu os princípios de uma revisão de literatura. Os procedimentos de coleta dos dados se apresentaram na forma de natureza qualitativa, partindo de uma pesquisa bibliográfica.

EDUCAÇÃO E ESCOLA: DISCUTINDO A TEMÁTICA

A Educação Especial é o ramo da Educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiências. É uma relevante contribuição para a história da Psicologia, da Educação em si e da sociedade. A realidade é que tudo isso é um grande

desafio, que precisa ser a cada dia superado. De acordo como a psicóloga e educadora Helena Antipoff (1975), a Educação Especial mostra duas possibilidades: a mesclagem de novas perspectivas e métodos com as mais diversas críticas aos resultados obtidos. Esses dois contrastes caminham lado a lado, sendo necessário trilhar os empecilhos que impedem construir-se uma educação especial mais exitosa, em meio a muitas situações adversas.

Segundo Campos (1996), a história da Educação Especial exerce importante benefício para o contexto político, econômico, social e cultural de toda e qualquer sociedade, daí surgir a necessidade de priorizar-se maior atenção para Educação Inclusiva- Especial e as suas muitas especificidades. Patto (1984) faz menção aos diversos tipos de discriminação que os alunos especiais enfrentam nas mais diversas situações do cotidiano. De acordo com dados estatísticos da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), o número de alunos do ensino básico e secundário com Necessidades Educativas Especiais (NEE) voltou a aumentar neste ano letivo, passando de 81.672, em 2016/2017 para 87.081, em 2017/2018. Isso significa que é necessário articular ações e Políticas Públicas que contemplem a essa tamanha necessidade

Wanderley (1999) reforça ainda que ao longo da história a discriminação daqueles que não se enquadram nos padrões de normalidade, impostos pela sociedade racista e excludente é sempre crescente, sendo necessário que desde a educação infantil seja mais estimulado o respeito e a tolerância para com todos, princípios esses que cada vez mais estão escassos na sociedade globalizada.

Ao tratar dessa importante temática muitos questionamentos surgem, a saber: Como atingir uma Educação Especial e inclusiva? Qual a melhor intervenção a ser aplicada frente aos dilemas e desafios da Educação contemporânea? Qual o papel da escola frente a todas essas situações problemas? Todas essas indagações devem ser respondidas com precisão, buscando-se o subsídio necessário para fazer fluir a Educação Especial inclusiva.

Nos veículos da grande mídia, há uma grande propagação de discurso por parte dos órgãos que regem a educação no Brasil, de tornar a escola pública mais inclusiva, porém a grande verdade é que esses muitos discursos e falas têm ficado na teoria e poucas ações concretas. Na realidade, o que existe, é um distanciamento daquilo que se fala, com a realidade de nossas escolas, sendo necessárias drásticas ações e intervenções para que

sejam alcançados um ensino exitoso e oportunizador, tais como a criação de políticas públicas educacionais eficazes que priorizem a essas necessidades.

Ainda existe uma série de problemas educacionais para serem intervindos, eles estão mascarados por detrás de estatísticas que nem sempre condizem com a realidade. Por exemplo, muito se tem ouvido, por meio da mídia, que existe um grande público de alunos especiais inseridos dentro do contexto escolar, mas na realidade é que existe uma distorção dos dados estatísticos com a realidade que se tem. De acordo com legislação educativa uma sala de aula pode ter até dois alunos com necessidades especiais, mas, lamentavelmente, esse número de matrículas é ainda muito insuficiente para atender à grande demanda que exige muito mais, como a construção de escolas adaptadas com sala de recursos, bem como a formação de profissionais qualificados.

A modalidade da Educação Especial necessita de sérios e altos investimentos, tantos financeiros como pedagógicos porque o número de alunos que têm alguma deficiência física ou mental é expressivo, ficando, na grande maioria das vezes, às margens da exclusão social e escolar ou até mesmo confinada dentro de seus lares, onde as próprias famílias tentam proteger dos ataques preconceituosos do perigoso mundo externo. Mazzotta (1996) defende os alunos com necessidades especiais, pois é um público, que durante anos sofreu com o preconceito e a discriminação dos mais diferentes tipos. Infelizmente, até hoje muitos sofrem vitimados pelo olhar discriminatório de muitas pessoas. O autor descreve que é necessário oportunizar a todos o acesso ao conhecimento e a aprendizagem, mesmo para aqueles que têm alguma dificuldade física ou mental.

A escola para ser de todos é preciso dispor de uma série de reformulações, desde o currículo até a estrutura física, bem como a contratação de uma equipe multifuncional que venha atender às mais diferentes situações problemas que temos. A Educação Especial é uma grande modalidade educacional, que necessita dos recursos e investimentos certos, para atender a esse público que precisa de um olhar prioritário.

Durante muitos anos, a expressão usada para tratar alunos com necessidades especiais era a de portadores de necessidades especiais. Todavia, com os estudos de Mazzota (1996), foi possível compreender que o significado de portador de necessidades especiais é aquele que porta consigo algum coisa. E na realidade o aluno com necessidades

especiais tem um problema que é permanente, não consegue tirar e retirar a hora que quiser.

A Educação Especial é uma importante modalidade educacional, que deve ser vista e tratada com muito amor e seriedade, pois os frutos que já foram colhidos pela Educação Especial são muito gratificantes. Alunos com dificuldades nas mais diversas áreas superando-se e conquistando seu espaço profissional e resgatando sua autoestima.

De acordo com a Secretaria de Educação Especial – MEC/SEESP (1994), a Educação Especial tem o grande desafio de oferecer aos portadores de necessidades especiais as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais. Isso é também chamando de equidade educacional e não educação igualitária como muito se tem discutido. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, através do artigo 26 ressalta que: “Toda pessoa tem direito à instrução” (ONU, 1948). Infelizmente, ainda existe um grande percentual de pessoas que não usufrui desse direito tão básico.

Combater o preconceito nas suas mais diversas facetas é um grande desafio. Outro grave problema nesse sentido é a resistência em não aceitar a nova realidade que temos. Candau (2008), em uma de suas obras intitulada de As Tensões entre a Igualdade e Diferença, diz que a maioria das pessoas prefere não tratar das questões de anormalidades, sejam elas físicas ou mentais. Nesse sentido, se combate o preconceito a partir do respeito mútuo e coletivo às características pessoais de cada indivíduo.

Analisando-se a ONU e a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a Educação é uma oportunidade e esse direito não pode em hipótese alguma ser negligenciado como se tem visto em inúmeros casos de negligência e descaso nessa modalidade educacional. Infelizmente dados do G1 (2015) mostram que o Brasil possui quase 2,5 milhões de crianças e adolescentes fora da escola.

Isso significa que não só no quesito Educação Especial, mas a Educação como um todo. A Educação precisa de sérias e drásticas reformas e tais ações e intervenções devem concretizar-se com o apoio de uma equipe multiprofissional qualificada, e com os instrumentos certos para fazer fluir o aprendizado desses discentes que, em meio a tantas dificuldades, almejam alcançar um espaço e construir seus saberes.

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica 2017, o índice de inclusão de pessoas com deficiência em classes regulares, o que é recomendado, passou de 85,5% em 2013 para 90,9% em 2017. Ingressar no ambiente escolar nem sempre significa inclusão, porque falta o atendimento educacional especializado. Ainda, de acordo com o mesmo censo, somente 40,1% conseguem utilizar o serviço adequado, como, por exemplo, a sala de recursos, que é tão importante dentro desse processo.

E isso não é um sonho impossível, pois muitos países de primeiro mundo, como Estados Unidos, Canadá e Finlândia, apostam pesado na Educação e na formação de professores, possuindo escolas com uma infraestrutura admirável para atender, tratar e fazer avançar o processo de ensino desses alunos. O MEC (2013) disse que 42 mil escolas teriam sala de apoio a alunos deficientes. Infelizmente essa notícia não se concretizou na observada na prática. A lei em seu Art. 2º diz que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009). A inclusão social e educacional deve ser a palavra-chave para todo o processo escolar, principalmente, se tratando da Educação Especial. Fundamentado nisso, surge a necessidade de se construir uma escola para todos, independentemente da dificuldade física, mental ou financeira.

Segundo Brasil (2007), o sucesso para a Educação Especial está intimamente associado com a ampliação das salas de recursos multifuncionais, importantes espaços que toda escola deveria ter, infelizmente, pela má administração e gestão educacional e política isso é ainda um problema grave que precisa ser sanado. O aluno especial requer atendimento educacional também especializado, com o intuito de que ele construa os seus conhecimentos e desenvolva uma vida escolar exitosa. Maria Teresa Eglér Mantoan (2008) confirma que “a escola é a instituição responsável por introduzir a criança na vida pública. E você não pode dizer que esse aqui vai ser introduzido na vida pública e esse não”. Infelizmente, a autora refere um grande problema, a escola que seleciona alunos de acordo com um determinado perfil, aqueles que aprendem e aqueles que não aprendem. E isso em hipótese alguma pode ocorrer, pois todos têm potencial para aprender, embora alguns possuam algumas limitações.

De acordo com a Constituição Federal (1988), é obrigatória a oferta de educação ao público estudantil com alguma necessidade especial o respeito e a oportunidade para que ele se desenvolva e alcance as habilidades e competências que são desenvolvidas durante o processo de escolarização. E um forte aliado nesse processo é a utilização de recursos tecnológicos que são fortes instrumentos auxiliares, dentro do processo de aprendizagem. Segundo o educador Alfero (2016), oito recursos tecnológicos são excelentes sugestões para uma Educação Especial mais exitosa: sendo o geekie lab, geekie teste, kahoot, google forms, socrative, prezi, go conqr, escola digital, dentre outros uma vez que a educação do século XXI está imersa na era tecnológica.

O acesso e a permanência escolar do sujeito são um direito previsto em lei e isto é válido para todos, independentemente das necessidades físicas ou mentais que o sujeito venha apresentar. Seja lembrado que esse direito não pode ser negado, mesmo reconhecendo-se que isso tem sido muito comum nas escolas. Existe certa resistência em acolher esse alunado, que possui algum tipo de dificuldade física ou mental, mesmo sendo desafiador trabalhar com esse público que requer uma atenção tão especial, faz-se necessário que esse trabalho aconteça de forma ampla e eficaz. Fundamentado nisso, é necessária a elaboração de Políticas Públicas específicas, que contemplem a essas necessidades e a essa realidade, intervindo de forma adequada dentro da raiz do problema.

Seguindo as diretrizes da SEESP (2004), a Educação Especial deve ter como princípio norteador a integração e a igualdade, um grande equívoco, pois a ideia seria a de equidade educacional. Esses dois últimos termos representam um grande desafio, pois as desigualdades sociais e culturais no Brasil são gigantescas e exigem um cuidado especial para trabalhar todas essas diferentes realidades.

O sucesso da Educação Especial só será de fato consolidado quando houver uma participação maior e mais ativa dos órgãos competentes que regem a Educação, bem como uma maior conscientização da própria sociedade e da família. Como diz Amaro (2006) o verdadeiro sentido da Educação é o de educar, sustentar, acompanhar, orientar, promover o convívio social, conduzir, deixar marcas positivas. Quando houver a união de todos esses elementos teremos de fato uma educação especial muito mais significativa, onde o indivíduo

com alguma necessidade especial seja visto com singularidade e maior respeito frente as suas dificuldades dentro do seu processo de aprendizagem.

Para Arnaiz (2005) o termo inclusão significa que [...] “todos os alunos são membros de direito da classe regular, sejam quais forem suas características pessoais” (p.14). Isso representa que a escola tem a obrigatoriedade de receber esse aluno e lhe oferecer as condições necessárias para que ele desenvolva sua aprendizagem. Por outro lado, temos percebido certa resistência em receber esse aluno. Outro entrave é o preconceito que tem impedindo a permanência desse sujeito educando no espaço de aprendizagem.

Lamentavelmente, na grande maioria das vezes, o educador não está preparado nem qualificado para receber esse aluno. Como confirma Mannonni (2003) ao abordar a questão do fracasso docente frente a sua ação pedagógicas de ensino que expõe uma desqualificação profissional, uma triste realidade em nossas escolas. De modo geral, é de fundamental importância que haja sérios investimentos para que a escola juntamente com esse profissional esteja de fato apta para receber esse aluno, bem como o manuseio correto para lidar com todas essas dificuldades, que são sempre desafiantes e ao mesmo tempo gratificantes, quando são superadas.

As situações-problema sempre surgem na forma de desafios, assim sendo, Arnaiz (2005) diz que um dos maiores problemas enfrentado pela Educação Especial é a falta de informação sobre essa importante modalidade educacional, o que também é chamado de ignorância científica e que gera o preconceito nas suas mais variadas facetas. Quando há um conhecimento solidificado e esclarecedor sobre determinada assunto fica fácil a compreensão e a ação-intervenção. E nota-se que a sociedade vem de um enraizamento cultural muito discriminador, onde muitos ainda excluem todos aqueles que têm alguma característica física ou mental anormal ou que requer um cuidado especial. Já Borsani e Gallicchio (2001) apontam a questão da integração social e escolar da criança especial onde, na maioria das vezes, sente dificuldades de se adaptar e integrar no local físico e no grupo escolar de amigos.

A lei nº 8.069 diz que todas as crianças, adolescentes e jovens devem está inclusos no ambiente escolar, infelizmente na prática isso não acontece. A realidade é que existe um número expressivo de crianças, adolescentes e jovens que estão fora da instituição escolar, e isso se refere a alunos tidos como normais. E se for avaliar a quantidade de alunos com

algum tipo de necessidade especial, esse número é preocupante, necessitando de um olhar prioritário.

Arnaiz (2005) conclui ainda sua fala expondo que o aluno com necessidades especiais deve estar de fato integrado dentro do espaço escolar, em uma sala regular com o grupo de alunos na idade certa e contando com o apoio de uma sala de recursos, com uma equipe de profissionais multifuncional e jamais escondido ou afastado da convivência com o grupo de amigos e colegas. Como confirma Honora e Frizanco (2008) ao afirmarem que no passado eram tidos como uma verdadeira praga da sociedade, sendo necessário o extermínio dos mesmos, pois eles eram vistos como um grave empecilho à sobrevivência do grupo tido como normal, sem se referir que eram colocados como seres inferiores que não poderiam cooperar, nem aprender. Essa fase de negrura, desumanização e exclusão, infelizmente ainda deixou fortes rastros na sociedade atual.

Assim, surge a oportunidade que a escola seja sempre acolhedora e venha de fato trabalhar suas especificidades, desde as mais simples até as mais complexas. Ressalte-se que esse aluno deverá estar em constante interação com os seus semelhantes e nunca viver no isolamento ou solidão, como tem acontecido na grande maioria das vezes.

A inclusão é um termo que foi muito discutido por Arnaiz (2005) em suas pesquisas, onde foram apresentadas as principais características da Educação Inclusiva, tais como: a cooperação, a solidariedade, o respeito às diferenças. Isso faz referência à educação de valores que é de fundamental importância para formação da identidade e para a construção da cidadania e que, lamentavelmente, a estrutura familiar e escolar não tem tido dado a real prioridade para ela e a partir daí surgem os fracassos que são registrados pelas estatísticas.

Mediante a declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), a Educação Especial tem seus benefícios sociais e entre esses benefícios surge a Educação Inclusiva, na qual é definida como o modo mais eficiente para a construção de solidariedade entre crianças com necessidades educacionais. De forma simplificada a Educação Especial aparece aqui como sinônimo de Educação Inclusiva. Ambas devem acontecer juntas em prol de um ensino mais proveitoso, constituindo assim uma educação mais humanizadora.

A construção de uma educação muito mais inclusiva desempenha um excelente papel porque ela serve de canal incentivador para a formação de valores como a

colaboração, a cooperação e a solidariedade, ações tão necessárias para uma vida estudantil equilibrada dentro do espaço em que se vive.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A construção do conhecimento segue três importantes etapas: a deliberação, a decisão e a execução. Já para Piaget (1980) o conhecimento se constitui por meio da interação com os objetos; para Vygostsky (1999) a forma que é por meio da interação social. Na prática pedagógica as duas são muito válidas e em se tratando de educação inclusiva e especial isto requer muito mais cuidado e cautela, pois o público que está inserido necessita de um olhar a mais. Assim, os obstáculos surgem com maior intensidade.

Nisso Glat e Pletsch (2004) dizem que o primeiro deles é o formato do currículo escolar, que nem sempre é compatível, para a implementação de uma educação de fato especial e inclusiva nas escolas. Sendo assim, seriam necessárias reformas educacionais para inserir e adequar à Educação Inclusiva de forma mais abrangente. E para que os conhecimentos se consolidem fazem-se necessárias essas reformulações. E como o professor pode tornar a Educação Especial mais facilitadora para esse discente? A resposta vem por meio dos estudos de Taylor (1993), ao discorrer sobre o respeito pelo outro, o poder do diálogo, discutir ideias sobre aquilo que está sendo aprendido, tornando-se pessoas muito mais conscientes, sendo esses o grande objetivo a ser alcançado.

A Carta Magna que rege as normas de uma escola é o currículo escolar. De acordo com Sacristán (2000) o currículo se define como uma prática, na qual se estabelece diálogo, sendo ele modelador. Lamentavelmente, a realidade é que as escolas têm um currículo engessado e que não condiz com as múltiplas funções que ele deveria exercer. Para tanto, é necessário que sejam elaborados e reelaborados currículos mediante a realidade, respeitando-se cada especificidade de cada instituição escolar e de cada aluno e nunca um currículo congelado que é enviado por alguém para ser seguido como tem acontecido na realidade por muitas vezes.

Consolidar com maior eficácia a Educação Inclusiva no contexto escolar é um desafio e tanto, uma vez que as desigualdades são obstáculos que impedem o progresso do ensino.

Tendo isso em vista é necessário planejamento-investimento, avaliação e, acima de tudo, coletividade como confirma o autor: “inclusão não é algo para ser feito para uma pessoa” [...] (MENDES 2003, p.33).

Inclusão e coletividade são dois termos que devem caminhar juntos e nunca para o individualismo. Isso significa que para o sucesso educacional a união de vários fatores como escola, família e governo é crucial. Como confirma a própria lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) ao instituir que a Educação é dever da família e do Estado. Por outro lado, há uma grande negligência, corrupção e omissão do próprio Estado e da família, impossibilitando o progresso educacional que tanto se almeja alcançar, principalmente, se tratando do ensino inclusivo.

A escola tem o grande desafio de acolher todos os alunos sem nenhuma restrição, mas nem sempre isso acontece. Nesse sentido, houve alguns avanços, como: a obrigatoriedade da matrícula de alunos com necessidades especiais, vitória esta que no sistema educacional tradicional não seria aceita, expondo assim a exclusão social. Houve ainda as construções de escolas específicas como as chamadas Pestalozis, rampas de acesso, corrimão nos banheiros, superfícies não escorregadias etc.

Todavia, Piaget (1980) diz que a escola plena é aquela que constrói o raciocínio, o desenvolvimento da personalidade e a consciência moral do sujeito. Assim, ainda existe muito para ser feito em prol de maiores conquistas para a Educação Especial e Inclusiva, tais como o suporte pedagógico e a capacitação profissional para educadores atuantes nessa área tão carente, onde são necessárias tantas outras intervenções.

A declaração de Salamanca (1994) descreve com propriedade o que é necessário para que haja de fato uma educação inclusiva eficiente: “mudanças no currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extracurriculares” (p.8).

Essas mudanças são mais do que necessárias porque são elas que servirão de suporte para consolidar o ensino muito mais inclusivo e, para tanto, é preciso a participação de governos, órgãos educacionais, da comunidade escolar, do grupo familiar, dentre outras parcerias. Se não houver essa mobilização, não se alcançarão os objetivos propostos.

Proporcionar uma educação de qualidade deve ser sempre uma prioridade e uma preocupação, porém existe um grande descaso com o setor educacional público, falta uma atenção especial para essas questões que envolvem a Educação Especial e Inclusiva; daí surge os entraves que são impedimentos que excluem e tornam o ensino ineficiente. Já nas palavras de Ribeiro (1995) ele é crítico em dizer que “a crise da educação no Brasil não é uma crise: é um projeto”, ou seja, há um grande desleixo como o setor público educacional, seja ele o regular ou o especial. Lamentavelmente, essa é a triste realidade que presenciamos na atualidade.

O papel das escolas é oferecer uma educação de qualidade para todos, porém ainda existem muitos fracassos e deficiências que têm impedido essas conquistas e em parte alguns deles nem deveriam existir mais no contexto educacional, como, por exemplo, a escola seletiva que exclui o sujeito. Então, são necessárias mobilizações por meio de estratégias e Políticas Públicas que amenizem esses entraves e possibilitem a todos o direito e o acesso a educação.

Para construir de fato uma *educação mais inclusiva* cumpre vencer alguns tropeços como aponta Salamanca:

O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva. (BRASIL, 1994, p. 4).

Essa citação pontua três passos a ser trilhados: 1) transformar as atitudes discriminatórias em atitudes mais humanas e solidárias; 2) criar dentro da própria instituição escolar um espaço respeitoso e acolhedor, onde esse sujeito se sinta feliz; 3) e sinta o desejo de retornar ao espaço escolar para que o mesmo tenha suas habilidades e competências trabalhadas. Quando houver a efetivação dessas ações estará pouco a pouco se desenvolvendo uma sociedade cada vez mais inclusiva, ou seja, existe um árduo trabalho a ser realizado. Segundo Içami Tiba (1996) todo o trabalho tem envolvimento afetivo e social. E que o amor traz mais amor. Talvez seja esse um dos importantes ingredientes para o maior

sucesso da educação especial, ser mais geradores de afetos, uma vez que o ser humano vem sofrendo um processo chamado de desumanização.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: HORA DE DISCUTIR

A Educação Especial precisa ter o perfil de uma educação também inclusiva, e isto requer sérias reformulações e de investimentos altos. Observando-se o contexto histórico, percebe-se que a instituição escolar, durante anos, praticou a exclusão social, quando se tratava de alunos com necessidades especiais. Como prova disso Marques (2003), afirma que a sociedade ditava as regras do que é normal e do que é anormal, ou seja, aquilo que está “dentro” ou “fora” dos padrões que eram estabelecidos pela sociedade que sempre possuía uma postura preconceituosa e discriminadora. Esse pensamento preconceituoso feriu e excluiu de forma desumana inúmeras crianças, que apresentavam alguma necessidade especial, destruindo seus sonhos e ideais, impedindo um direito universal e tão básico que é a educação.

Que haja inclusão de acordo com a Declaração de Salamanca, crianças, adolescentes e jovens que possuem deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Mesmo reconhecendo isto, a educação não é um privilégio para poucos e sim tem o direito assistido pela lei vigente. Infelizmente, há ainda certa resistência de aceitarem crianças especiais dentro do sistema escolar regular de ensino (BRASIL, 1994).

Em meio aos anos da exclusão, muitos alunos especiais sofreram com esse grave problema chamado de exclusão educacional, social e trabalhista. É importante ressaltar que avanços significativos ocorreram no que se refere à oportunidade e acesso à escola. Alicerçado nisso, leis específicas foram criadas para garantir e assegurar que alunos com essas características físicas e mentais tivessem acesso ao espaço escolar. Por meio das leis: Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei nº 10.098/94 – Educação Especial, estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências; Lei nº 10.436/02 - Dispôs sobre a Língua Brasileira de Sinais, para alunos

mudos e surdos. Essas são importantes conquistas que, de fato, demoram se consolidar, mas que a partir delas houve uma maior democratização do ensino.

A exclusão educacional que muitos alunos sofreram, por anos, tem gerado um problema chamado de isolamento e, de acordo com estudos da Psicanálise, em especial por meio dos estudos de Freud (*Die Abwehr-Neuropsychosen*, 1894), é feita uma reflexão sobre essa questão tão séria que infelizmente traz tanto malefícios para a formação da identidade e da personalidade do sujeito e para as relações interpessoais que são tão necessárias para todos.

Há ainda um índice alto de alunos especiais que sofrem de muitos problemas sociais, como a rejeição, isolamento, xenofobia, o preconceito, o racismo, os conflitos religiosos e a marginalização de grupos minoritários, em geral (DELORS, 2001). Assim sendo, é necessária a desconstrução desses preconceitos que estão tão impregnados no âmago de cada indivíduo.

Foucault (2000) expõe em seus estudos que as pessoas com deficiências especiais eram entendidas como um desvio de norma, ou seja, fugiam dos padrões ideologicamente normais. Nessa perspectiva, compreende-se que por meio de muitos esforços e sofrimentos, essa imagem tem sido pouco a pouco desconstruída e já existe um entendimento mais amadurecido e órgãos específicos que tratam e defendem essa causa tão nobre que é o respeito às diferenças.

Isso nos reporta ao que está escrito pela própria Constituição Federal, em seu Art. 32, item IV, que a Educação, seja ela a especial ou a inclusiva, deve ser sempre um espaço para o fortalecimento dos laços de solidariedade humana e da tolerância recíproca, e isto inclui o respeito mútuo para com o outro (BRASIL, 1996).

A escola é um espaço mais do que privilegiado, para trabalhar as relações interpessoais e isto não pode ser negado a um público que requer tanta atenção como esse (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2010). A Educação é um processo transformador de uma sociedade de um povo como confirma Revel (2006) ao dizer que os saberes, as práticas e os lugares podem mudar toda uma realidade. E, em se tratando de Educação Especial e Inclusiva, falta uma conscientização por parte das pessoas, pois ainda existe um olhar muito preconceituoso sobre esse público que depende de alguns cuidados especiais, mas que são

capazes de realizar muitas atividades e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, mesmo em meio as suas limitações.

Um levantamento feito pelo IBGE (2014) demonstrou que quase 24% da população brasileira, ou seja, cerca de 45 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, mental ou física. E a violência contra esse público acontece nas mais diversas formas, como por exemplo: a violência verbal, a física e a sexual ao longo de sua vida. Ainda de acordo com IBGE em 2014, 36% das vítimas de estupro possuíam algum tipo de deficiência.

Por último, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde, em 2016, informou que só no Estado de São Paulo, uma pessoa com deficiência dá entrada nos hospitais por estupro todos os dias. Essa triste realidade necessita de ações e intervenções específicas em caráter emergencial por meio de leis mais severas. É aí que a escola entra como uma formadora de opinião em prol de combater o olhar crítico, a violência e o preconceito de muitos que ainda sustentam essa ignorância e também de proteger esse público que, na grande maioria das vezes, está tão vulnerável dentro da própria instituição familiar.

Como diz Lewis em suas palavras: “educação nunca foi despesa. Sempre foi investimento com retorno garantido”, ou seja, educar e reeducar nossas crianças desde muito cedo com os valores e princípios de respeito mútuo, companheirismo, amizade e vínculos afetivos com esse público tão especial, para que no futuro o adulto de amanhã enxergue essas pessoas com um olhar mais humanizado e solidário e, automaticamente, menos preconceituoso. Isso é o que defende Silva (1999, p.27) ao afirmar que o amor é a “razão de ser maior de nossa existência”. E, se tratando de Educação, não se educa sem exercitar o amor. E, ao se referir de humanização que aqui é sinônimo pela Educação Especial e Inclusiva, o amor é o princípio essencial na construção do sujeito e esse importante papel cabe à família e a escola.

A Educação Especial precisa sair mais presente nos discursos das pautas em reuniões e congressos; cumpre haver mais ações e intervenções que façam, de fato, uma grande diferença. Alicerçado nesse pensamento, Andreozzi (2006) relembra a relevância da Educação Inclusiva que consiste em agregar e incluir a todos dentro do mesmo contexto educacional. Infelizmente, existe ainda uma grande resistência e também uma

desqualificação profissional para receber pessoas com algum tipo de necessidade especial dentro de uma sala regular de ensino. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de 2013, apontam que apenas 6% dos professores que atuam na Educação Especial são realmente qualificados. Então, faz-se necessário reestruturar a escola com investimentos financeiros e pedagógicos para que sejam oportunizados os mesmos direitos educacionais que são garantidos por lei, a isto é dado o nome de equalização educacional.

Ao falar de Educação Especial e Inclusiva faz-se necessário recorrer ao Relatório Delors (2004) onde é mais uma vez reforçado que o direito à Educação é de todos e para todos. Essa frase poética é esplêndida nas pautas no papel, porque a realidade nem sempre condiz com o que está escrito em leis, decretos e incisos. Falta uma priorização para esse público que necessita tanto de autoestima e acima de tudo de oportunidades para crescer e amadurecer dentro de seu processo de aprendizagem.

Políticas Públicas educacionais já existem. Isto é fato e muitas delas já estão em prática, mas isto é ainda insuficiente para suprir a necessidade que temos. Fundamentado nisso é tempo de órgãos, Ministérios, entidades e instituições criarem mais Políticas Públicas educacionais que visem amenizar a exclusão social, educacional e trabalhista. Oportunizar que essas pessoas usufruam de direitos iguais por toda sua vida. Assim, é necessário promover de fato uma escola para todos como ressalta o autor (MANTOAN, 2006).

De acordo com o STF (2017), a Educação Inclusiva “é política pública estável, desenhada, amadurecida e depurada ao longo do tempo” [...] essas são algumas das medidas para resolução ou amenização desse problema: a ampliação dessas Políticas Públicas, com maior rigidez e continuidade seria um passo fundamental para amenizar a questão da exclusão, tornando a escola de hoje muito mais inclusiva.

Observando o Decreto nº 3.298/99, Art. 24, que trata da Educação especial, aponta como solução para equalizar o processo educacional e torná-lo mais inclusivo. Seria a presença de uma equipe multiprofissional composta por profissionais específicos para cada área da deficiência. Quando nossas escolas tiverem acesso a essa equipe multifuncional composta por especialistas que eduquem de alunos surdos, mudos, deficientes visuais e outras necessidades específicas os resultados serão cada vez maiores e gratificantes.

Para alcançar esse grande objetivo é necessário que hajam sérias reformulações no sistema educacional, desde o seu currículo até a estrutura física de nossas escolas, dentre muitas outras ações que precisam ser realizada. Como confirma Souza (2003) ao referir que as Políticas Públicas requerem formulações para que maiores resultados sejam alcançados e que a educação não vise o favoritismo determinado de um grupo, mas de todos.

Ao abordar a temática Educação Especial é importante recorrer a alguns pontos de relevância que conduziram ao sucesso. O exemplo disso é a atuação do professor voltado realmente para a Educação Especial, com formação específica na área e com o suporte de uma equipe multifuncional que dê o suporte necessário nas demais áreas que não está ao alcance dele para que a aprendizagem seja, de fato, consolidada (BRASIL, 2001). Porque, na realidade, muitos atuam nessa área, mas não foram habilitados para isso, ou seja, a desqualificação profissional é ainda um problema em nível de Brasil.

Na visão de Mendes (2012) a educação inclusiva é definida como uma resposta às muitas necessidades do mundo atual contemporâneo. Isso porque ela, dentre muitos outros objetivos, desenvolve competências interpessoais de forma ampla, exercitando a socialização e a interação, e isso é muito necessário para o aprimoramento do processo educacional. Por último, o autor ainda ressalta que todo esse importante trabalho trará como consequências positivas, o estímulo às habilidades morais para a convivência democrática que traduzindo significa uma educação melhor e mais eficiente e acima de tudo mais humanizadora.

APONTANDO OS PROBLEMAS E AS SOLUÇÕES

Um dos problemas da sociedade atual é o egoísmo e a ganância pelo capitalismo financeiro como já foi citado por Andreozzi (2016) e não se tem dado o verdadeiro valor para a Educação Especial, uma modalidade educacional que necessita tanto de afetividade, ações e intervenções, sem considerar-se que é um direito constitucional e que em hipótese alguma pode ser negado como tem se visto na atualidade.

Andreozzi (2006) diz que as desigualdades sociais, econômicas e educacionais são empecilhos que impedem a consolidação da Educação Especial em sua totalidade, e isto é

verdade. Outro problema apontado pela autora é que as escolas que temos na atualidade, não dispõem da autonomia necessária para fazer fluir a Educação Inclusiva e Especial, nem possuem os recursos físicos e humanos para dar uma educação específica e de qualidade para esse público. Fundamentado nisso, é necessário reformular esse espaço de aprendizagem para que ele esteja apto para as adequações básicas que o ensino inclusivo requer para o seu melhor funcionamento.

Já foi discutido aqui que a Educação Inclusiva é um processo árduo que possui uma complexidade e exige ações e intervenções ágeis e precisas. Assim sendo, Dias (2006) define a Educação Inclusiva como um resgate de princípios e valores e sustenta o emblema de “Escola para Todos”. E, ao analisar o contexto da educação moderna, percebe que existe uma distância entre a escola que temos com a chamada escola para todos que se pretende formar.

Uma triste realidade é apontada por Bellamy (2005) ao referir que em países economicamente mais pobres existem milhões de crianças que nunca viram o interior de uma sala de aula. Mesmo em meio a tantas evoluções nas mais diversas áreas existe uma desigualdade social, cultural e financeira imensa que atinge todas as áreas, inclusive a educação. É óbvio que não existe uma fórmula mágica para solucionar essa situação problema, mas existem medidas que servem para amenizar como, por exemplo, uma gestão política e administrativa que priorizem a educação como fator prioritário.

Dias (2006) expõe que o problema da exclusão social consiste em classificar as crianças conforme os seus aspectos físicos e mentais. É o que chamamos de processo seletivo. Por exemplo, de acordo com uma pesquisa do G1 (2015), o Brasil tem 300 mil pessoas com Síndrome de Down. E, parte dessas pessoas não recebe o tratamento que merece, sofrendo nas margens da exclusão com as mais diversas situações. E, infelizmente, isso parte da própria escola, da família e da sociedade com um todo. Então é preciso um árduo trabalho de desconstrução dessa visão errônea para uma visão mais humana e inclusiva.

E, ao analisar o contexto dos deficientes visuais, são eles mais de 6,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência visual, sendo 582 mil cegos e 6 milhões com baixa visão, isso de acordo com uma pesquisa feita Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBGE (2015). Essa problemática deve ser intervinda de forma planejada e contínua. Por que a aprendizagem que o ser humano constrói está intimamente ligada com a visão e audição.

Na prática da assistência para alunos com Down, mudez, surdez e deficientes visuais, requer-se uma nova reestruturação em todo o currículo escolar, onde se vise contemplar com dignidade e equidade esses alunos que têm carências específicas, mas que já provaram que são capazes de aprender e de superar-se. Como prova disso o censo de 2000 do IBGE mostrou um crescimento de 10% de carteiras assinadas para pessoas com algum tipo de deficiência. E uma lei prevê que as empresas devem reservar de 2% a 5% de vagas, dependendo do número total de empregados. Isso é ainda pouco e ao mesmo tempo excludente, em relação ao número de pessoas com necessidades especiais, mas é necessário avançar mais e mais.

Dias (2006) refere sobre o processo de aprendizagem e exorta que o aprender deve superar as diferenças individuais, físicas ou mentais. E o aprendizado deve romper as fronteiras das desigualdades e das deficiências. Para que tudo isso, se concretize, de fato, é necessário um conjunto de ações e intervenções em forma de Políticas Públicas educacionais que visem amenizar essa exclusão que doe e fere a alma humana.

É necessário trabalhar dentro de uma coletividade visando um objetivo comum, para transformar o panorama educacional no que se trata da Educação Especial. É óbvio que as dificuldades são inúmeras e existem também muitas resistências por parte da própria sociedade, da escola, da família e da própria pessoa que necessita de um atendimento prioritário. Todavia, é imperioso que seja feito um trabalho coletivo de formiguinha, onde todos deem sua parcela de contribuição em prol de uma educação menos discriminatória e mais inclusiva e humanizada.

Ainda na visão de Dias (2006), em seus estudos, é feita uma crítica mais do que merecedora, onde o autor expõe que a Educação não pode receber apenas atribuição de Educação Inclusiva, ela deve ser em sua essência de fato “inclusiva”. Isso significa que deve fugir desses discursos, onde enaltece a Educação como inclusiva, mas na grande realidade o que existe são os rastros da exclusão social. Fundamentado nisso, uma pesquisa feita pelo UNICEF (2009), Fundo das Nações Unidas para a Infância e pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, revela que 3,7 milhões de crianças e adolescentes não estudam, ou seja,

mais de 40% são adolescentes e estão excluídos da trajetória escolar, demonstrando que medidas emergenciais devem ser articuladas em prol de reverter esses dados tão preocupantes.

Mediante Sawaia (2004), em seus estudos, colhe-se que a desigualdade social é um grande problema que impede a evolução da Educação Especial. O autor aponta a solução para amenizar esse entrave que é a introdução da ética e da educação prioritária. Se houvesse uma educação que priorizasse mais os princípios éticos a realidade que temos hoje seria outra.

Ainda na visão de Sawaia (2004), o cotidiano da Educação Especial deve ser vivenciado através de um ensino que sustente a identidade, a sociabilidade, a afetividade e a mais importante: a consciência. Esses quatro aspectos são de extrema relevância para que o ensino alcance o êxito tão sonhado de educação mais inclusiva e mais humanizadora.

Ao falar dos constates que impedem os sucessos da Educação Especial, Wanderley (2004) acrescenta que existem dois impedimentos: a exclusão social e a exclusão cultural. E, analisando esse contexto, se compreende que é necessário um árduo trabalho para amenizar esses dois tipos de exclusão que afetam diretamente as crianças com necessidades especiais, que estão inseridas no ensino regular. Por outro lado, há a necessidade de desculturalizar o indivíduo, uma vez que essa cultura vem enraizada sob uma ótica discriminatória que rejeita tudo aquilo que é tido como anormal. Quando houver de fato essa reeducação de conscientização e de valores, alcançaremos o objetivo maior à educação de fato inclusiva.

De acordo com os estudos de Dias (2006), a inclusão deve ser introduzida no processo escolar como um projeto ético-político de forma contínua dentro da instituição escolar e que tenha como objetivo maior resgatar os ideais de uma educação mais humana, uma vez que a escola e a sociedade sofrem com o egocentrismo que consiste no individualismo, onde as pessoas estão reféns de si mesmas e ao mesmo tempo com o processo de desumanização do sujeito que, de acordo com a UNESCO (2004), resulta na violência que tem adentrado nas escolas e se manifestado na forma de agressões, roubos e assaltos etc.

A violência é um problema de caráter social, e isto se dá pela falta de humanização do sujeito, e a Educação Inclusiva, na sua essência, vem com o intuito de humanizar cada vez

mais o indivíduo. Todos esses dados são preocupantes porque, outrora, a escola era um espaço mais seguro e confiável, mas, lamentavelmente, hoje tem sido um lugar de muitos e graves conflitos.

Lopes em seus estudos (2006) revela que a inclusão gera exclusão e exclusão gera a inclusão. Ambas existem no âmbito do processo educacional e acabam de certas formas inevitáveis. O autor ainda expõe em seus estudos que a solução para amenizar esses entraves responde que os limites da exclusão não podem superar os da inclusão. E, ao analisar o contexto histórico da Educação Brasileira, observa-se que o número dos excluídos acaba sendo muito expressivo.

Dentro do contexto educacional inclusivo Lopes (2006) aponta que os ingredientes para o sucesso são a mistura de alguns sentimentos, tais como: a tolerância, a benevolência, a humildade, o acolhimento, a ajuda e disposição em ajudar os nossos semelhantes. Exercitar esses sentimentos é fundamental para efetivar-se um ensino de fato inclusivo e humanizador.

As expressões preconceituosas destinadas a esse público são as mais diversas, tais como: ele é entranho, ela é anormal ou ele é esquisito. Fundamentado nisso, é necessária uma reeducação de postura frente as essas diferenças. Como afirma Foucault (1979) ao referir que a reeducação é o “controle-repressão”. Isso implica que a reconstrução de uma Educação Inclusiva pode estar embasada nesse princípio, garantindo na prática uma escola muito mais inclusiva. Obviamente que esse trabalho não é feito do dia para noite, é necessário tempo para aplicar essas teorias e o amadurecimento e o tempo necessário para que passo-a-passo as coisas vão de fato fluindo.

O papel social da escola é indiscutível e, alicerçado nisso, Varela (1995) descreve o papel da instituição como “a escola serve não só para formação e orientação de um coletivo, mas, também, produz, cria outros perfis sociais” (p. 24). No bojo dessa perspectiva, o grande desafio da escola é o de criar um novo perfil social nas nossas crianças, adolescentes e jovens em busca de uma educação muito mais inclusiva. Surge assim, a dificuldade de trabalhar a postura, os princípios e os valores, já que é algo muito peculiar de cada sujeito, porém esse desafio deve ser superado e vencido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o texto exposto, fica claro que muitos são os desafios enfrentados pela Educação Especial, mas, em meio aos contrastes é preciso agir com os recursos limitados que temos em prol de um maior exitoso sistema educacional. Uma das possíveis soluções é a construção de novas Políticas Públicas educacionais com maior eficácia, seguida de um conjunto de ações e intervenções que priorizem a aprendizagem significativa para esses alunos que estão inclusos dentro do sistema educacional especial e para resgatar aqueles que estão fora desse espaço.

Reconhece-se também que os problemas educacionais são plurais, mas cabe a cada educador extrair o melhor de si para que dificuldades e barreiras sejam vencidas, possibilitando que muitos desses alunos vençam seus limites e se superem a cada dia.

Nesse quadro educacional, inúmeras ações devem estar presentes, principalmente, tratando-se de escola, família, sociedade e Estado. São esses os principais alicerces que compõem uma educação de qualidade. Portanto, em meio às situações adversas, a Educação tem que ser realizada com maestria e os educadores devem ser multiplicadores do conhecimento e da aprendizagem, sendo necessário que haja um trabalho de formiguinha em prol de um objetivo cada vez maior: a aprendizagem.

A efetivação do processo de inclusão dos alunos da Educação Especial deve ser a palavra-chave, pois o ensino inclusivo consiste na árdua e contínua batalha de combater o preconceito e a discriminação que a cada instante ocorre dentro do espaço escolar, priorizando sempre o respeito aos alunos especiais e acreditando-se em seu potencial, dando asas para que os mesmos voem e alcancem seus respectivos objetivos. Como diz o Rubens Alves (1999): "Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas". Assim, a Educação Especial deve ser sempre sinônimo de liberdade, equidade escolar e oportunidade.

Conclui-se este trabalho com a certeza de que a escola exercer um papel que vai muito além da mera transmissão de informações, é preciso incluir todos com a garantia dos direitos de aprendizagem assistidos, na forma de equidade escolar, reconhecendo-se que esse é um grande desafio, mas deve ser encarado e trabalhado.

Por último, em resposta ao objetivo inicial e a situação-problema aqui propostas, conclui-se que o objetivo foi atingido, pois, a partir dessa discussão, foi possível refletir sobre a temática, percebendo que é possível sim construir uma educação mais afetiva e humana por meio da Educação, um instrumento pedagógico de transformação. Como sugestão, indica-se que novos estudos sejam realizados no âmbito dessa importante temática, para que sejam aprofundados outros aspectos que estão contextualizados com a temática.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Entre a ciência e a sapiência**: o dilema da Educação. São Paulo: Loyola, 1999.

AMARO, D. G. **Educação inclusiva, aprendizagem e cotidiano escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2006.

ANTIPOFF, D. H. **Educação dos Excepcionais**. Em Coletânea de Obras Escritas (pp.149-150). Belo Horizonte. 1975.

ANDREOZZI, M. L. **Educação inclusiva**: fracasso escolar da educação na modernidade. Educação e Subjetividade, Faculdade de Educação da PUCSP, Ano 1, n.02, p.43- 75, 2006.

ARNAIZ, S. P. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Inclusão Revista da Educação Especial**, Brasília, v.1, n.1, pp. 7-18, out. 2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

BORSANI, M. J.; GALLICCHIO, M. C. Invariantes institucionais que dificultam o processo de integração escolar. **Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas**, v. 6, n. 10, p. 141-145, 2001.

BELLAMY, A. J. Whither the Responsibility to Protect? Humanitarian Intervention and the 2005 **World Summit**. **Ethics & International Affairs**, v. 20, n. 2, p. 143-169, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente/ ECA Lei Federal nº 8069, **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, de 13 de julho de. 1990

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Definição de educação inclusiva**. Relator: Ministro Bernardino Ferreira. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/educacaoinclusivacomopoliticapublica/julghistoricos/>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3.298**, de 20 de Dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 28 mar.2014.

BRASIL. Lei nº 10.098/94 – Fixa as diretrizes e bases para Estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e da outras providencias. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF,12 de ago. 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado** – Deficiência Física. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. SEESP / SEED / MEC. Brasília: Distrito Federal, 2007.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27.833-27.841, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Expansão e Melhoria da Educação Especial nos Municípios Brasileiros / **Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial**. –Brasília: MEC/SEESP, 1994.

CANDAU, V. L. **Direitos humanos, educação e interculturalidade**: as tensões entre igualdade e diferença. PUC. Rev. Bras. Educação (Rio de Janeiro), v. 3, n. 37, 2008.

CAMPOS, R. H. Em Busca de um Modelo Teórico para o Estudo da História da Psicologia no Contexto Sociocultural. **Coletâneas da ANPEPP**, São Paulo: EDUC, 1, n.15, 1996.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 144 p., 2010.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais**: Terapia e Educação Petrópolis: Vozes, 1999.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 2004.

DIAS, S. Educação e inclusão: projeto moral ou ético. **Educação e Subjetividade**, Faculdade de Educação da PUCSP, Ano 1, n.02, p.17- 42, 2006.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Esclarecendo as deficiências**: aspectos teóricos e práticos para contribuição com uma sociedade inclusiva. São Paulo, SP: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda., 2008.

FREUD, S. As Neuropsicoses de Defesa. In: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 3. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p. 49-65.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal; 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir e os Anormais**. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **O Papel da Universidade Frente às Políticas Públicas para Educação Inclusiva**. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, ed.29, dez. 2004. Disponível em<http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevDez2004_Artigo1.rtf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

GLOBO.COM. Levantamento e estatísticas de debate, Dados referentes a educação inclusiva no Brasil. **G1**, 15 jul. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/estatistica-educacao-inclusiva-e-especial-do-brasil.html>> Acesso em: 23 out. 2011.

GLOBO.COM. Pesquisa sobre a má infraestrutura das escolas e, 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/aumenta-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-mas-escolas-nao-tem-estrutura-para-recebe-los-22348736#ixzz5Kzzx5KdF> Acesso em: 15 abr. 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica nº: 19/2013**. Dispõe sobre os profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. Brasília, 2013b.

IBGE. **Censo demográfico de 2014**. Pesquisa nacional sobre a Educação Especial. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/05/2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional sobre avanços da Educação Especial 2000**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20/09/2017.

IBGE. **Censo demográfico de 2015. Pesquisa Nacional de alunos especiais na rede de ensino** Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 1/08/2017.

INSTITUTO, R. M. **Revista Incluir**, São Paulo, n. 12, julho/agosto, p. 53. 2011,

LOPES, M. C. **O lado perverso da inclusão** - a exclusão. (Org.) Sobre Filosofia e Educação: racionalidade e tolerância. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006, p.207-217.

MARQUES, C. A.; MARQUES, L. P. **Do universal ao múltiplo**: os caminhos da inclusão. Práticas educacionais, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

MANDELA, N. **Nelson Mandela A luta é minha vida**. São Paulo: Globo, 1989.

MANNONI, M. **A criança, sua "doença" e os outros**. São Paulo: Via Lettera. 2003.

MAZZOTTA, J. S. M. Educação especial no Brasil: **História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. **Deficiência mental**: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo, 2012.

MENDES, E. G.. Concepções atuais sobre Educação Inclusiva e suas implicações políticas e pedagógicas. In: **Educação Especial**: Políticas e concepções sobre deficiência. Londrina: EDUEL, p. 25-41, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2012. Fixa o Programa Bolsa Família (PBF), consolidou no ano de 2012, através do MEC. Assim, o Programa Mais Educação. **Diário Oficial da União**. MEC/SESu. Brasília-DF. 2012.

MONTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NETO, A. M. **Uso dos Recursos Digitais na Educação**. Metodologias de ensino utilizando os recursos digitais na sala de aula. Disponível em: <http://www.www.alferomendes.com.br>
Acesso em: jan. 2018.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e Ideologia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: http://www.onubrasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php. Acesso em: jan. 2018.

REVEL, J. Uma subjetividade que jamais cessa de inventar-se a si própria. **Revista do Instituto Humanitas**. Unisinos. São Leopoldo, edição 203, p.20 – 31, nov, 2006.

ROCHE, A. F.; SUN, S. S. **Human growth**: assessment and interpretation. Cambridge: University Press, 2003.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SACRISTÁN, J. C. **O currículo uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

SINAN. Sistema de informação de agravos de notificação. **Educação inclusiva** - Notificações Registradas: banco de dados. Disponível em:
<<http://dtr2004.educacaoinclusiva.gov.br/sinanweb/>> Acesso em: 05 ago. 2016.

SILVA M. A. D. **Quem ama não adoce**: O papel das emoções na prevenção e cura das doenças. São Paulo, 1999.

SOUZA, C. Estado da arte da área de políticas públicas: conceitos e principais tipologias. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS. 27., GT: Políticas Públicas, **Anais...** Caxambu, outubro, 2003.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007. (Coleção Anísio Teixeira).

TIBA, I. **Disciplina, limite na medida certa**. São Paulo: Gente, 1996.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. Disponível em
<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm>. Acesso em 4/6/2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípio política e prática em educação especial. 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

VARELA, J. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, M. V. (Org.) **Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS Editora, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WANDERLEY, M. Refletindo sobre a noção de exclusão. IN: SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**. 5 ed. Petrópolis:Vozes, 2004

WANDERLEY, F. Normalidade e Patologia em Educação Especial. **Em Psicologia: Ciência e Profissão**, 19, n.2, 2-9. São Paulo: Martins Fontes, 1999.